

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO

Reunião: LACIGF 11

Local e data: Buenos Aires, 31 de julho a 02 de agosto de 2018

Participante: Embaixador Benedicto Fonseca Filho (Ministério das Relações Exteriores)

Realizou-se, em Buenos Aires, entre os dias 31 de julho e 02 de agosto de 2018, a 11^a. Reunião Regional da América Latina e do Caribe Preparatória para o Fórum de Governança da Internet (LACIGF).

2. As reuniões do LACIGF visam, como se sabe, a identificar e discutir assuntos prioritários e relevantes para a América Latina e o Caribe em matéria de governança da Internet, em preparação para o Fórum de Governança da Internet (IGF) "global", cuja edição deste ano será realizada em Paris, na sede da UNESCO, de 11 a 14 de novembro próximo.

3. O LACIGF 11 contou, segundo formato adotado em edições recentes, com uma série de painéis multissetoriais temáticos que abordaram, entre outras, as seguintes questões relativas à governança da Internet: (i) proteção de dados; (ii) hiato digital em setores com menos recursos e hiato digital de gênero; (iii) neutralidade da rede; (iv) campanhas de desinformação (incluindo "fake News") como ameaças à liberdade de expressão no ambiente digital; (v) desenvolvimento econômico no ambiente digital; (vi) redes comunitárias na América latina; (vii) privacidade sob a abordagem do Regulamento Europeu sobre Proteção de Dados-GDPR; (viii) as PMEs e a digitalização dos processos produtivos na América Latina; (ix) transição para o ipv6 e implementação de infraestrutura; (x) uso em massa de algoritmos e tomada de decisões automatizadas. Vale ter presente que os temas foram definidos a partir de consulta online à comunidade regional de governança da Internet.

4. Foram realizadas, ademais, sessões especiais sobre os seguintes temas: A Internet na Venezuela; Fóruns de governança nacionais e regionais; e novo Regulamento Europeu sobre Proteção de Dados (GDPR). A programação incluiu, ainda, palestras proferidas por Raúl Echeberria, vice-presidente de Engajamento Global da

ISOC, e Guilherme Canela, representante da UNESCO, respectivamente sobre o Futuro do Fórum de Governança da Internet-IGF e sobre o conceito de "pluralismo polarizado". A questão relativa ao fortalecimento do IGF foi igualmente objeto de encontro que manteve com Raúl Echeberria, em que foram exploradas possibilidades de atuação conjunta em favor do relançamento do IGF - foro que o Brasil tem consistentemente privilegiado, até mesmo em razão de reproduzir, em âmbito global, modelo adotado internamente desde 1995, a partir do estabelecimento do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

5. A agenda tratada pelo LACIGF 11 revestiu-se de grande interesse do ponto de vista do Brasil que, como se sabe, lançou, este ano, Estratégia de Transformação Digital (e-Digital) e adotou legislação sobre proteção de dados pessoais. Os desdobramentos em torno da referida legislação brasileira ocuparam, aliás, posição de relevo nos debates cabendo assinalar que, à época de realização do LACIGF 11, encontrava-se sob análise da Presidência da República o PLC 53/218, oriundo da Câmara dos Deputados e aprovado, por unanimidade e em regime de urgência, pelo Senado. Referida legislação, que após sanção presidencial converteu-se na Lei 13.709 de 14/08/18, passou a constituir marco legal que regulamenta o uso, a proteção e a transferência de dados pessoais no Brasil. A discussão desse e de outros assuntos em ambiente multissetorial e com participação de representantes de diferentes países da região permitiu proveitoso intercâmbio de informações e experiências.

6. Representantes do CGI.br participaram de sessões de discussão sobre os desafios do acesso à Internet e a desigualdade de gênero; neutralidade de rede; transição para o ipv6; e implementação de infraestrutura na região. Em suas intervenções, os representantes brasileiros discorreram sobre a experiência brasileira em relação a esses temas e ressaltaram a importância de assegurar boa governança (e cooperação internacional) em temas relativos à governança da Internet e à economia digital.

7. Também foram evidenciados a participação do Brasil em esforços para organização e disponibilização de informações sobre as iniciativas de governança da Internet na ALC, com vistas a contribuir para a estruturação e o fortalecimento das estruturas nacionais e regional; bem como os esforços em curso no âmbito do CGI.br com vistas ao aperfeiçoamento do formato do Fórum

de Governança da Internet (IGF nacional), com uso de modelo próximo àquele utilizado pelo IGF global.

8. As diferentes sessões do LACIGF 11 contribuíram para ratificar o entendimento de que os países da região apresentam grande sintonia no que diz respeito a temas prioritários da agenda de governança da Internet. Evidenciaram a existência de percepções e objetivos comuns em questões relativas, por exemplo, à proteção da privacidade mediante adoção de legislação sobre proteção de dados pessoais; à necessidade de enfrentar o hiato digital tanto no que se refere às assimetrias da América Latina e Caribe vis-à-vis outras regiões de maior desenvolvimento quanto internamente nas dimensões sub-regionais, sociais e de gênero; e à prioridade que se deve conferir ao estabelecimento de políticas públicas que contribuam para a contínua incorporação de tecnologias da informação e das comunicações nos processos produtivos e para o fomento da inovação.

9. Há que registrar, por outro lado, que as reuniões do LACIGF - à semelhança do que ocorre no caso do IGF global - ressentem-se de maior participação, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, de representantes de governo. Isso implica que, na prática, deixa de ser realizada parte importante do potencial do Fórum para o enriquecimento recíproco das visões dos distintos grupos de "stakeholders" a partir de intercâmbio de informações e perspectivas diferentes, o que poderia contribuir para uma participação de forma melhor informada e com enfoque multissetorial em debates e processos negociadores sobre temas relativos à governança da Internet. Além do Brasil e da anfitriã argentina, apenas o Chile participou com representantes de governo, fazendo com que, na maior parte do tempo, o debate fosse travado entre representantes da sociedade civil (que, como de hábito, representaram parte majoritária dos assistentes), da academia e do setor privado. O desafio de incorporar maior participação de representantes de governo é comum, aliás, ao IGF global e se relaciona de forma estreita à própria natureza do foro, que não tem caráter deliberativo e cujos resultados - geralmente refletindo diversidade de opiniões - costumam não ser claramente aproveitáveis do ponto de vista de políticas públicas. Outra dificuldade reside na falta de "cultura institucional" de participação em espaços multissetoriais em que delegados de governo participem das discussões em pé de igualdade com os representantes dos demais setores - o que, no caso do Brasil constitui formato natural para discussão de muitos temas afetos à governança da Internet, mas que

permanece, para a maioria dos demais países da América Latina e Caribe, como aspiração mais ou menos longínqua.